

Da cruz à divindade: a transformação de Jesus na Antiguidade greco-romana

*From the cross to divinity: the transformation of Jesus in
Greco-Roman Antiquity*

André Magalhães Coelho*

Resumo: Este artigo explora a metamorfose de Jesus, de um humilde pregador judeu crucificado, que foi elevado à divindade pelos cristãos nas antigas Grécia e Roma. Após sua morte, seus discípulos passaram a adorá-lo como Deus. Isso suscita indagações sobre como um camponês crucificado conseguiu alcançar o *status* de Senhor do universo. O método que empregaremos para esta pesquisa será o bibliográfico.

Abstract: This article explores the metamorphosis of Jesus, from a humble Jewish preacher who was crucified, to being elevated to divinity by Christians in ancient Greece and Rome. After his death, his disciples began to worship him as God. This raises questions about how a crucified peasant managed to achieve the status of Lord of the universe. The method we will employ for this research will be bibliographical.

Palavras-chave:

Deus;
Jesus;
divindade;
transformação.

Keywords:

God;
Jesus;
divinity;
transformation.

Recebido em: 20/11/2024
Aprovado em: 15/05/2025

* Doutor em Ciência da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Mestre em Ciências da religião pela Universidade Metodista de São Paulo e pós-doutorando pela mesma instituição (UMESP).

Introdução

Este artigo investiga a transformação de Jesus, um simples pregador judeu que, após ser crucificado, ascendeu à condição divina nas culturas da antiga Grécia e Roma. Com sua morte, seus seguidores passaram a reverenciá-lo como uma divindade. Pense-se em um quadro nas amplas paisagens da Galileia, onde um pregador de origem simples, conhecido como Jesus, avança por entre campos exuberantes e aldeias acolhedoras, espalhando mensagens de esperança e renovação. Mas este não é um camponês qualquer; ele se torna o centro de um dos fenômenos mais fascinantes da história: sua crucificação, marcada por acusações de transgressões contra o Estado. Eis que, após sua morte, algo extraordinário acontece: seus seguidores, em um ato de fé quase incompreensível, começam a proclamá-lo como o próprio Deus, o Senhor dos céus e da terra. Como pode um ser humano que foi condenado e crucificado elevar-se a tal estatura divina? Como Jesus, um mero mortal, se transformou em Deus? Essa questão, envolta em ironia e complexidade, ressoa através dos séculos, navegando pelos labirintos da imaginação e da fé. No cerne da religião cristã reside a poderosa ideia de que, em Jesus, Deus se fez homem.

No credo niceno, ele é exaltado como o Filho único de Deus, gerado, não criado, consubstancial ao Pai. Historiadores do cristianismo primitivo dedicaram quase três décadas a explorar o Novo Testamento e a gênese da religião cristã sob uma perspectiva histórica. Assim, a indagação se transforma: em vez de questionar como Deus se fez homem, começamos a nos perguntar: como um homem se tornou Deus?

A resposta tradicional sugere que Jesus, sendo de fato divino, naturalmente reivindicava essa condição. No entanto, desde o final do século XVIII, uma nova corrente de historiadores tem desafiado essa visão, apresentando argumentos instigantes que contestam o entendimento convencional sobre o Jesus histórico. Se esses estudiosos estiverem corretos, emerge um novo enigma: como os primeiros seguidores de Jesus passaram a vê-lo como Deus?

Neste artigo, iremos explorar essa questão de uma forma que não apenas enriqueça o entendimento de historiadores seculares, mas também dialogue com evangélicos que ainda sustentam a divindade de Jesus. Para este estudo, utilizaremos o método de pesquisa bibliográfica.

Humanos divinos: entre mitologia e realidade na Grécia e Roma antigas

Antes que a humanidade pudesse acolher sua presença, um mensageiro dos céus visitou sua mãe, trazendo uma revelação: seu filho não seria um simples mortal, mas

uma entidade divina, destinada a deixar uma marca indelével na história. O nascimento desse ser foi celebrado com sinais resplandecentes no céu, prenunciando a grandeza que estava prestes a se manifestar.

Ao alcançar a idade adulta, ele deixou a casa que o viu crescer, iniciando uma jornada de pregação itinerante. Por vilarejos e cidades, espalhou uma mensagem poderosa: não se apeguem ao material; busquem o que é “espiritual” e eterno. Ao seu redor, formou um grupo de seguidores que não viam nele apenas um homem, mas o próprio filho de Deus. E não sem razão: ele realizou prodígios impressionantes — curou os enfermos, expulsou demônios e até ressuscitou os mortos. No ocaso de sua trajetória, enfrentou a resistência das autoridades romanas e foi submetido a um julgamento que visava a silenciá-lo. Contudo, sua essência transcendeu essa tentativa de erradicação.

Ele ascendeu aos céus, onde permanece até hoje. Para reafirmar sua presença, manifestou-se novamente a um de seus seguidores mais céticos, que então se convenceu de que o filho de Deus realmente continuava entre nós (Ehrman, 2014a).

Mais adiante, alguns de seus dedicados seguidores escreveram sobre suas experiências, o que permitiu que ainda hoje possamos acessar essas narrativas. No entanto, é provável que muitos de vocês ainda não tenham se deparado com esses escritos. Imagino que a maioria nem sequer tenha ouvido falar desse filho de Deus, um grande executor de milagres. Refiro-me a um homem notável chamado Apolônio, oriundo da cidade de Tiana. Ele era um pagão — um adorador de múltiplos deuses romanos — e um filósofo respeitado em sua época. Seus seguidores acreditavam que ele era imortal, e temos à disposição um livro sobre sua vida, escrito por Filóstrato, um devoto que viveu posteriormente (Cornelli, 2001, p. 65).

A obra de Filóstrato, composta em oito volumes no início do século III, entre 220 e 230 (Ehrman, 2014a, p. 10), é fruto de uma pesquisa meticulosa, baseada em relatos de uma testemunha ocular e companheiro de Apolônio. Este último viveu alguns anos após outro filho de Deus e milagroso, originário de uma região distante do império: Jesus de Nazaré. Para Christopher Jones (2006), os adeptos de ambos os homens divinos perceberam uma rivalidade crescente entre eles, refletindo uma luta mais ampla da época entre o paganismo — que abraçava uma diversidade de cultos politeístas — e o cristianismo, que emergia como um novo fenômeno religioso, proclamando a existência de um único Deus e que Jesus era seu Filho. Os cristãos viam Apolônio como um charlatão, enquanto os adoradores de Apolônio sustentavam que Jesus era o verdadeiro impostor. Cada grupo possuía relatos escritos que fundamentavam suas crenças (Jones, 2006).

Por outro lado, na visão judaica do primeiro século, o messias seria um ser humano, um legítimo descendente da linhagem do rei Davi, que lideraria uma grande revolução

contra os romanos, expulsando-os da Terra de Israel. Assim, a ideia de transformar o filho de um humilde carpinteiro em um semideus ou até mesmo em Deus representava, para os judeus, uma enorme afronta, especialmente para os mais eruditos entre eles. Dessa maneira, o movimento de Jesus se desvinculou completamente das expectativas messiânicas judaicas, surgindo como uma nova religião que trazia consigo apenas vestígios do movimento original fundado por Jesus de Nazaré, ao mesmo tempo em que absorveu tradições e elementos culturais e religiosos dos povos gregos e romanos (Scardelai, 1998, p. 327-328).

Os estudiosos, então, viram-se diante da tarefa de investigar os Evangelhos do Novo Testamento com um olhar crítico, buscando discernir quais narrativas sobre o Jesus histórico eram genuínas e quais eram adereços criados por seus fervorosos seguidores. Da mesma forma, os estudiosos da antiga religião romana examinaram os escritos de Filóstrato com ceticismo, em busca de distinguir as lendas dos fatos e descobrir o que realmente poderiam aprender sobre o Apolônio histórico. De maneira geral, há um consenso de que ele era um filósofo pitagórico, defensor das ideias do gênio grego Pitágoras, do século V a.C. (Ehrman, 2012). Apolônio viveu na segunda metade do século I, enquanto Jesus existiu na primeira metade.

Ele percorreu as regiões orientais do Império Romano como um pregador moral e religioso, frequentemente residindo em templos e oferecendo conselhos a líderes civis e religiosos. Com um número considerável de discípulos, era bem recebido pela elite romana nas localidades que visitava. Seu propósito era claro: persuadir as pessoas a abandonarem o materialismo excessivo e a se voltarem para o que realmente importa — os assuntos da alma.

De acordo com a estudiosa Dorine Ysselt (1994), mais do que a vida do Apolônio histórico, o que fascina é o conjunto de lendas que floresceram ao seu redor e conquistaram a aceitação entre seus contemporâneos. Suas profundas reflexões filosóficas levaram muitos a acreditarem que ele não poderia ser um simples mortal, mas sim uma divindade caminhando entre os homens (Ysselt, 1994).

Pouco mais de um século após sua morte, Apolônio foi homenageado com um santuário em Tiana, sua cidade natal, erguido pelo imperador romano Caracala, que governou de 198 a 217. Diz a lenda que o imperador Alexandre Severo (222–235) mantinha uma imagem de Apolônio entre seus diversos deuses domésticos. E, em um gesto de veneração, o imperador Aureliano (270–275), fervoroso adorador do Deus-Sol, também o reverenciava como divino. A narrativa do nascimento de Apolônio, como retratada na obra *Vida de Apolônio de Tiana*, de Filóstrato, é especialmente digna de nossa atenção (Ehrman 2014a, p. 11).

A história da “anunciação” nos presenteia com um enredo de semelhanças e distinções em relação à narrativa do *Evangelho de Lucas* (1:26–38). No centro dessa fábula mística está a mãe de Apolônio, que, em um momento de profundo encantamento, teve uma visão de uma majestosa entidade celestial: o deus egípcio Proteu, conhecido por sua incomensurável sabedoria. Quando a curiosidade a impeliu a indagar sobre a identidade de seu futuro filho, o deus sussurrou, com um tom enigmático: “Eu mesmo” (Ehrman, 2012, p. 33).

Luciano observa que o nascimento de Apolônio foi, sem dúvida, miraculoso. Afirma-se que sua mãe, guiada por uma força desconhecida, dirigiu-se a um campo, onde, ao se deitar sobre a grama fresca, adormeceu profundamente. Ao despertar, foi envolvida pelo encantador som do bater das asas de cisnes, como se a própria natureza celebrasse o novo milagre. O povo, em êxtase, assegurou que um relâmpago rasgou os céus naquele exato momento, pairando majestoso no ar antes de desaparecer nas alturas, como um sinal divino de grandeza e virtude que indicava a proximidade do futuro mestre com os deuses (Lucian, *Alexander sive pseudopropheta*, II). Os habitantes da região logo chegaram à conclusão de que Apolônio não era apenas um homem comum, mas sim o próprio Filho de Zeus. Contudo, a trajetória de Apolônio não foi isenta de desafios. Em um momento sombrio de sua vida, ele se viu diante do imperador Domiciano, acusado de receber adoração que, segundo muitos, pertencia apenas aos deuses.

Aqui, as semelhanças com a história de Jesus tornam-se inegáveis: ambos foram apresentados a autoridades que viam suas declarações como uma ameaça ao bem-estar do Estado. A narrativa de Apolônio não termina aqui. Filóstrato nos presenteia com diversas versões sobre o destino do filósofo. Uma delas o retrata partindo para a ilha de Creta, em uma jornada até um santuário dedicado a um deus local, guardado por cães ferozes. Ciro Cardoso (1994) salientou, em sua obra *Sete olhares sobre a Antiguidade*, que a separação entre o domínio religioso e outros setores da existência humana, que hoje nos parece clara, não tinha relevância para as civilizações antigas do Oriente. Segundo suas palavras: “Governo e culto, astronomia e astrologia, lei divina e lei humana, entre outros, não eram percebidos como entidades distintas ou separadas. A religião permeava todos os aspectos da existência, tudo estava interligado” (Cardoso, 1994, p. 57).

Surpreendentemente, em vez de serem hostis, os cães acolheram Apolônio com uma familiaridade surpreendente (Ehrman, 2014a, p. 13). Os guardiões do santuário, intrigados, o acusaram de feitiçaria ao conseguirem passar ileso por ali. No entanto, em uma reviravolta digna de um épico, Apolônio libertou-se sob a luz da meia-noite, convocando os carcereiros para testemunhar um espetáculo extraordinário. Ao correr em direção às portas do santuário, elas se abriram magicamente, permitindo sua entrada. De

dentro, vozes femininas ressoaram, incitando-o a “Vá da terra! Vá para o céu! Vá!”. Era um chamado à ascensão, um convite para deixar o mundo terreno e alçar voo ao reino dos deuses. E, assim, Apolônio desapareceu, nunca mais sendo visto entre os mortais (Luc., *Alex. Pseu.*, II, 5). Mais uma vez, os ecos da história de Jesus ressoam: ao final de sua trajetória, ele também provocou um tumulto, foi preso e, após sua morte, ascendeu aos céus, onde permanece.

Apolônio, por sua vez, ensinou que a alma humana é imortal; a carne pode se desfazer, mas a essência do ser persiste eternamente. Embora muitos não tenham acreditado em suas palavras, após sua ascensão, Apolônio se manifestou em uma visão para um seguidor repleto de dúvidas. Ele convenceu o fiel de que ainda estava presente entre eles, assim como Jesus fez com seus discípulos, até mesmo com o cético Tomé, que precisou de provas de que a vida continuava após a morte (Luc., *Alex. Pseu.*, II). Atualmente, estudiosos se debruçam sobre as conexões entre Jesus e Apolônio, uma discussão que não é nova. No início do século IV, Hiérocles, um autor pagão, publicou *O amante da verdade*,¹ no qual comparava os dois supostos filhos de Deus, exaltando a versão pagã.

Embora não possuamos o texto completo, sabemos que sua obra foi confrontada por Eusébio, um padre da Igreja do século IV, que se tornou conhecido como o “pai da história da Igreja” por traçar a narrativa do cristianismo desde a era de Jesus até sua época (Jones, 2006).

Eusébio, em seus escritos, se voltou contra Hiérocles e sua apoteose de Apolônio, citando até mesmo trechos das palavras do oponente. Na ânsia de exaltar Jesus, eles correm de um lado para o outro tagarelando sobre como ele fez o cego enxergar e operou milagres desse tipo (Ehrman, 2014a). Ao refletirmos sobre essas narrativas, somos convidados a considerar a profundidade das histórias que moldaram a espiritualidade humana, revelando a rica tapeçaria de crenças e mitos que conectam figuras tão icônicas e inspiradoras. Bart Ehrman (2014a, p. 13) diz:

Hiérocles zomba dos Evangelhos do Novo Testamento por conterem contos de Jesus remendados por Pedro e Paulo e uns outros desse tipo – homens mentirosos, desprovidos de educação e adivinhos. Os registros sobre Apolônio, por outro lado, haviam sido escritos por autores altamente educados (não camponeses da classe

¹ Sosiano Hiérocles foi um aristocrata e ocupante de cargos públicos do período romano tardio. Atuou como governador (*praeses*) na Síria sob o governo de Diocleciano durante a década de 290. Supõe-se que tenha sido nomeado vicário de alguma área, provavelmente da Diocese do Oriente (que abarcava a Síria, Palestina e, à época, o Egito) até 303, ano em que foi transferido para a província da Bitínia. É por suas ações anticristãs na região que permanece na memória contemporânea. Como menciona o *Cambridge Ancient History*, ele foi “um dos mais fervorosos perseguidores” dos cristãos. Durante esse período, Hiérocles produziu a obra *Amante da Verdade* (em grego: Φιλαλήθης), uma crítica ao cristianismo. *Amante da Verdade* é recordada como a primeira manifestação da comparação, notável e controversa, entre o santo homem Apolônio de Tiana e Jesus Cristo (Bowman; Cameron; Garnsey, 2005).

baixa) e testemunhas oculares dos acontecimentos. Devido à vida magnífica e ao tipo de morte – foi para os céus no corpo físico e acompanhado pelos deuses – devemos com certeza classificar o homem entre os deuses. A resposta do cristão Eusébio foi direta e cáustica. Apolônio não era divino, mas maligno; não era um filho de Deus, mas um homem empoderado por um demônio.

A resposta do cristão Eusébio foi contundente e incisiva. Para ele, Apolônio não era uma divindade, mas sim uma entidade maligna; não um filho de Deus, mas um homem tomado por demônios. Ao analisarmos este embate sob uma ótica histórica, torna-se evidente que Eusébio saiu triunfante. No entanto, essa conclusão não era tão clara na época em que Hiérocles produziu suas obras, quando o cristianismo ainda estava em seus primórdios.

Apolônio e Jesus, em seus contextos, eram percebidos como competidores na busca por honrarias divinas: um era o devoto de múltiplos deuses, enquanto o outro era o monoteísta que prestava culto a um único Deus; um era o porta-voz da filosofia pagã, e o outro, o fundador da religião cristã. Ambos foram aclamados como deuses entre os homens, apesar de sua inegável humanidade. De certa forma, eram considerados homens divinos (Ehrman, 2014a).

Por certo, Apolônio e Jesus não eram os únicos a ostentar tal *status*. De fato, embora Jesus seja atualmente reconhecido como o único filho de Deus e um realizador de milagres, existia uma infinidade de figuras semelhantes na Antiguidade. Não devemos enxergar Jesus como “único”, caso essa palavra implique que ele era o único ser humano excepcional e distinto, um homem que, em certo sentido, possuía uma centelha divina (Ysselt, 1994).

Na História Antiga, muitos homens foram vistos como divinos. E aqui não estamos debatendo se eram realmente divinos ou não, mas como eram percebidos dessa maneira. Compreender essa percepção é o primeiro passo para desvendar como Jesus começou a ser iluminado sob essa luz especial. Curiosamente, tanto Jesus quanto Apolônio não eram considerados seres divinos enquanto estavam vivos; foi apenas após sua morte que a figura de Jesus começou a ser reverenciada como um deus entre os mortais. Mas como isso aconteceu?

O ponto de partida reside em entender como outros indivíduos foram considerados divinos no mundo antigo. Assim, a conversa se desenrola, revelando um panorama sobre a espiritualidade e a veneração que permeavam a Antiguidade – um convite à reflexão sobre a natureza humana e o divino. Cristianismo e Império Romano, o mito grego. Foi durante este mesmo período de intensa agitação política, econômica, social e religiosa que emergiu, na Judeia, um homem de raízes camponesas da Galleia, que se dedicava a ensinar a obediência às Leis de Deus, proferindo discursos impressionantes que atraíam multidões (Mt 5, 1-12).

Seu nome, inicialmente em hebraico, era *Yeshua*, e em grego, *Iesous*. Após sua morte, ocorrida por volta dos anos 30, em meio ao contexto greco-romano, passou a ser conhecido como *Iesous Christos* (Jesus Cristo), o filho de Deus. Mais tarde, na segunda metade do I século, muitos de seus seguidores passaram a vê-lo como a própria encarnação de Deus (Horsley; Hanson, 1995, p. 89).

Os judeus do primeiro século da era cristã esperavam ansiosamente a chegada de um redentor messiânico que restauraria a liberdade nacional e religiosa do povo judaico. A Judeia, nesse contexto, era uma província romana e o berço do monoteísmo *hebraico*.

Foi na primeira metade desse período que surgiu Jesus, conhecido também como Nazareno, um nome que lhe foi atribuído por ser Nazaré a cidade onde, supostamente, nasceu, passou a maior parte de sua vida e iniciou sua pregação (Chevitarese; Cornelli, 2007, p. 41). Muitos de seus discípulos o consideravam o messias prometido de Israel (Mt16, 16).

De maneira geral, é importante destacar que a sabedoria se tornou um dos atributos reivindicados pelos imperadores, funcionando quase como uma condição necessária para sua futura divinização. Segundo Machado (2001, p. 95), desde os primórdios do Império, foram moldados padrões de conduta e virtudes que deveriam estar presentes nos soberanos exemplares, fundamentando-se na rica tradição filosófica que se consolidou no período helenístico, a qual, na realidade, remontava ao ideal platônico do rei-filósofo. Assim, desenvolvia-se a concepção de que o rei precisava ser sábio, virtuoso, um bom líder militar e, ainda, um possuidor da clássica *paideia*.

No livro *O dualismo antropológico no discurso neopentecostal*, Coelho (2022) nos apresenta a origem do cristianismo, uma corrente de fé que emergiu no vasto e agitado contexto do Império Romano, logo após a morte de Jesus, por volta do ano 30. A cultura grega, com sua riqueza e complexidade, permeava a metade oriental do Império de tal forma que a língua que unificava essa região, o grego, tornou-se a voz mediante a qual o *Novo Testamento* foi insculpido. Para mergulharmos nas nuances das perspectivas dos primeiros cristãos, é imprescindível situá-los em seu contexto histórico e cultural, imersos nos mundos grego e romano (Coelho, 2022, p. 27).

Os judeus da Antiguidade possuíam percepções únicas e diversificadas, mas, em muitos aspectos relevantes ao nosso estudo, compartilhavam, de sua própria forma, ideias com os romanos que os cercavam. Compreender essa interseção é essencial, pois Jesus, em sua essência mais autêntica, era judeu, assim como os seus primeiros seguidores – aqueles que se atreveram a afirmar que ele não era apenas um homem comum, mas a própria divindade encarnada. Mas como seria possível que um deus, ou a concepção de um deus, assumisse a forma humana? Um exemplo dessa questão é Apolônio de Tiana,

cuja mãe recebeu, antes de seu nascimento, a previsão de que ele seria uma manifestação de um ser divino preexistente, o deus Proteu. Essa narrativa ressoa com a interpretação teológica que mais tarde se consolidaria sobre Jesus – a ideia de que ele era Deus que se fez carne ao nascer de Maria. Contudo, não é comum encontrar, no pensamento grego e romano antigo, essa noção de um “deus-homem”, na qual uma divindade já existente adentra o mundo por meio de uma mulher mortal. Entretanto, existem outras ideias que tangenciam essa concepção, e a seguir exploraremos três delas.

Um dos maiores poetas romanos, Ovídio (43 a.C.–17 d.C.), contemporâneo de Jesus, deixou um legado literário admirável com sua obra-prima, *Metamorfoses*,² uma celebração das metamorfoses e transformações da mitologia antiga. Em suas páginas, deuses que, em momentos de curiosidade ou compaixão, assumem formas humanas para interagir com os mortais (Ehrman, 2014a, p. 14).

Uma das fábulas mais cativantes de Ovídio narra a história de dois camponeses idosos, Filêmon e Báucis, que habitam a Frígia, uma região que atualmente corresponde à Turquia (Ehrman, 2014a). Neste conto, os deuses Júpiter e Mercúrio, disfarçados de humanos, vagam pela terra em busca de hospitalidade, mas se deparam com a ingratidão de uma vizinhança que se recusa a acolhê-los. Finalmente, chegam à modesta morada de Filêmon e Báucis, que, longe de se envergonharem de sua pobreza, recebem-os calorosamente.

O casal gentil oferece aos deuses o que há de melhor em sua casa simples e cuida de seus pés cansados com água morna. Em gratidão, os deuses prometem que a taça de vinho nunca se esvaziará; por mais que bebam, ela permanecerá cheia. Em um momento de revelação, Júpiter e Mercúrio se identificam, e, após reconhecerem a bondade do casal, oferecem-lhes a oportunidade de expressar um desejo. Filêmon e Báucis, em sua sabedoria, pedem para se tornarem sacerdotes do santuário dos deuses e desejam morrer juntos, nunca se separando um do outro.

Ehrman (2014a), por meio de sua obra, *Como Jesus se tornou Deus*, comenta que a resposta divina é surpreendente: o santuário é erguido, e, quando chega o momento de partir deste mundo, Filêmon e Báucis são transformados em duas árvores que brotam de um único tronco, simbolizando a união eterna do casal. Os adoradores que frequentam

² *Metamorfoses* é uma das criações mais renomadas e considerada como a obra-prima do poeta latino Ovídio. Este poema narrativo foi divulgado por volta do ano, 8 e, junto a *Fastos*, pode ser classificado como um de seus poemas inacabados, em razão do exílio que sofreu no Ponto Euxino, uma região costeira do Mar Negro, afastada de Roma. A justificativa para o exílio é desconhecida, mas há duas teorias: ou Augusto não aprovou o conteúdo de sua obra desde *A arte de amar*, e as *Metamorfoses* de Ovídio, em contraste com a visão de ordem e estabilidade do imperador, pois retratam um universo em constante transformação, ou o poeta romano foi indiscreto ao abordar algum aspecto íntimo do soberano ou de sua família.

o santuário reconhecem a continuidade da “vida” do casal e acreditam que eles foram elevados à divindade, merecendo adoração. Assim, a história de amor transcende a vida e a morte, revelando a complexidade da relação entre deuses e humanos.

Quando Filêmon e Báucis são adorados não porque possuem o mesmo poder que Júpiter e Mercúrio, mas porque foram mortais elevados à condição divina, aprendemos uma lição fundamental sobre a natureza da divindade (Ehrman, 2012). O reino divino se apresenta sob diversas formas, com múltiplas camadas. Hoje, muitas vezes concebemos Deus como completamente separado de nossa existência terrena, como se houvesse um abismo intransponível entre os dois reinos. No entanto, para muitos povos antigos, a divindade e a humanidade estavam entrelaçadas de maneiras fascinantes.

Os deuses, por vezes, desciam para interagir com os homens, e, quando o faziam, as consequências podiam ser tanto maravilhosas quanto trágicas. Essa lição ecoou através do tempo, sendo absorvida pelos habitantes posteriores da Frígia e registrada nas páginas do *Novo Testamento*. No *evangelho dos Atos* (14, 11), encontramos Paulo e Barnabás em uma jornada missionária na mesma região, onde Paulo cura um homem aleijado. A multidão, maravilhada com o milagre, chega a uma conclusão: os deuses desceram até nós na aparência de homens (Ehrman, 2012, p. 37).

O povo de Listra, familiarizado com a fábula de Filêmon e Báucis, acreditava que os deuses haviam retornado. Tão convencidos estavam de que Barnabás era Zeus e Paulo, Hermes, que o sacerdote local de Zeus se apressou em trazer touros e guirlandas para sacrificar aos apóstolos. No entanto, Paulo e Barnabás, em um esforço para corrigir essa confusão, insistiram que eram apenas homens, “da mesma natureza que vocês”.

Aproveitando a oportunidade, Paulo compartilhou sua mensagem evangélica com fervor, tentando converter os presentes, embora nem todos tenham se convencido de sua mensagem: com essas palavras, refrearam com dificuldade as pessoas de lhes oferecerem sacrifícios (*Atos* 14, 18).

E, assim, as interações entre os deuses e os homens continuam a fascinar, revelando uma história de amor, transformação e divindade que ainda ressoa em nossos dias (Ehrman, 2012, p. 40). Não é surpreendente que os devotos de Zeus em Listra estivessem tão ansiosos para reconhecer que os deuses haviam se disfarçado de humanos em meio a eles. Eles bem se lembravam do que ocorrera na última vez que ignoraram a adoração que era devida. Para nós, pouco importa se o relato em *Atos* é uma relíquia histórica das peripécias missionárias de Paulo ou simplesmente uma lenda que ganhou vida posteriormente, como a história de Filêmon e Báucis.

No universo romano, a crença de que os deuses poderiam assumir formas humanas era amplamente disseminada, e muitos acreditavam que, entre nós, poderiam

estar camuflados seres divinos. As antigas mitologias grega e romana transbordam de histórias que abarcam essa ideia (Ehrman, 2014a). Luciano de Samósata (*Alex. Pseu.*, II, 23) comenta:

Enquanto Apolônio era considerado um deus que havia se materializado na Terra, essa não era a concepção comum entre os gregos e romanos sobre como um ser divino poderia vir ao mundo a partir de uma mortal. A visão predominante era que um deus se unia a uma mulher humana, gerando assim uma prole que, de alguma forma, possuía uma natureza divina. Nos mitos, Zeus frequentemente se aventurava em tais relações moralmente ambíguas, descendo do Olimpo para se envolver em encontros exóticos com beldades mortais, resultando em gravidezes extraordinárias.

Entretanto, as narrativas sobre Zeus e suas amantes não eram meros caprichos mitológicos. Muitas vezes, essas histórias se referiam a figuras históricas reais, como Alexandre, o Grande (356–323 a.C.). De acordo com seu biógrafo, o erudito grego Plutarco, que nos legou biografias de muitos ícones da época, muitos acreditavam que Alexandre era filho de Zeus. O pai de Alexandre era Felipe, o Grande, rei da Macedônia, que se enamorou de uma mulher chamada Olímpia. Plutarco conta que, na véspera do casamento, Olímpia teve um sonho em que um raio descia do céu e a penetrava. Presumivelmente, era Zeus exercendo suas artimanhas (Ehrman, 2014a, p. 15).

Enquanto isso, Felipe, em uma de suas incursões noturnas, deparou-se com uma cena que esfriou sua paixão: viu uma serpente entrelaçada em um enlace conjugal com Olímpia. Nos tempos antigos, Zeus, frequentemente, era retratado sob a forma de uma serpente, e para aqueles que acreditavam nessa narrativa, Alexandre não era apenas um mortal, mas sim o verdadeiro filho de um deus.

As histórias de Zeus, ou de seu equivalente romano, Júpiter, se envolvem em episódios ainda mais fascinantes, e nenhuma delas é tão intrigante quanto a narrativa do nascimento de Hércules (Ehrman, 2014a). Essa fábula assume muitas formas na Antiguidade, mas uma das mais memoráveis é a cômica trama da peça *Anfitrião*, do dramaturgo romano Plauto. A história gira em torno de Anfitrião, um general de Tebas, casado com a deslumbrante Alcmena. Quando Anfitrião parte para a guerra, deixando sua esposa grávida, Júpiter, com um olhar lascivo, decide que deve possuí-la. Para isso, disfarça-se de Anfitrião e retorna para casa, onde Alcmena o acolhe de braços abertos. O deus desfruta tanto de sua escapada que ordena às constelações que parem seu movimento, como se o tempo devesse congelar até que ele se sentisse satisfeito.

Quando Júpiter finalmente retorna ao céu, Alcmena, exausta após uma noite de intensa atividade, aguarda o verdadeiro Anfitrião. Este, ao voltar para casa, fica perplexo ao notar a falta de entusiasmo da esposa. Para ela, que acreditava ter passado a noite nos braços do marido, a situação era perfeitamente compreensível. O desenrolar dessa

narrativa resulta em uma gestação: Alcmena, já grávida de Anfitrião, concebe novamente, desta vez de Júpiter (afinal, a precisão em biologia não era o forte das narrativas mitológicas). O resultado dessa curiosa história são gêmeos: Hércules, filho de Júpiter, e Íficles, seu irmão mortal (Ehrman, 2014a).

É claro que a saga de Anfitrião e Alcmena se insere no reino do mito, e não há clareza sobre se alguém realmente acreditava nela. A premissa de que uma mulher poderia gerar uma criança concebida por um deus era uma ideia amplamente aceita na Antiguidade. Não seria surpreendente pensar que alguns dos grandes conquistadores, como Alexandre, o Grande, ou até mesmo filósofos de sabedoria quase divina, como Platão, pudessem ter uma origem distinta da nossa, sendo filhos de um pai celestial e de uma essência divina. Vale ressaltar que, ao dar à luz Hércules, o filho de Júpiter, Alcmena não experimentou um nascimento virginal.

Ao contrário, já havia se unido ao marido e teve o que poderia ser classificado como um encontro divino com Júpiter. Nas narrativas que falam sobre humanos divinos gerados da união de um deus e uma mortal, a figura feminina nunca é virgem. Essa é uma das maneiras pelas quais as histórias cristãs de Jesus se distinguem das narrativas de outros humanos divinos da Antiguidade. É verdade que o Deus judaico engravida Maria, mãe de Jesus, por meio do Espírito Santo (ver evangelho de *Lucas* 1, 35).

No entanto, os cristãos monoteístas concebiam um Deus elevado demais para imaginar que ele poderia, temporariamente, assumir a forma humana para satisfazer desejos terrenos. Os deuses gregos e romanos poderiam agir de maneira tão libertina, mas o Deus de Israel transcendia tais questões (Ehrman, 2014a, p.17). O terceiro modelo de entendimento sobre os humanos divinos na cultura grega e romana ofereceu uma base conceitual crucial para os primeiros cristãos ao tentarem decifrar como Jesus poderia ser simultaneamente humano e divino.

O estudioso britânico Richard Rubenstein (2001) ressalta que é fundamental enfatizar que o imperador Constantino tinha uma crença profunda em um Jesus que, na verdade, era o próprio Deus. Para ele, a figura que lhe apareceu em sonho era Deus manifestado na forma de Jesus Cristo, que o guiou rumo à vitória na batalha contra seu opositor, Maxêncio (Rubenstein, 2001, p. 88). Ademais, muitos imperadores da sociedade romana eram considerados deuses.

Portanto, não surpreende que numerosos cristãos da época em questão vissem Jesus como a manifestação divina. Assim, a carga herética se direcionou a Ário e seus adeptos, que sustentavam uma visão alternativa, acreditando que Jesus não era Deus, mas sim uma criação do mesmo. Essa crença de Ário e de seus seguidores parecia, de certa forma, ressoar com a tradição judaica, que aguardava a vinda de um messias humano,

enviado por Deus (Scardelai, 1998, p. 51-58). A discussão não se baseava em como um ser divino poderia se tornar humano – fosse por meio de uma encarnação temporária ou de um ato sexual, mas em como um ser humano poderia ascender à divindade. Acreditava-se que isso ocorria, frequentemente, na Antiguidade grega e romana, e um dos exemplos mais notáveis é Rômulo, o lendário fundador de Roma.

Humanos divinizados

Em meio aos ecos da história romana, destaca-se a figura de Rômulo, o lendário fundador de Roma, cujos feitos e destinos têm sido narrados e recontados ao longo dos séculos. Um dos relatos mais fascinantes é o do renomado historiador Lívio (59 a.C.–17 d.C.), que, em suas crônicas, ousa afirmar que Rômulo era um “deus nascido de um deus” (Tito Lívio, *Ab Urbe Condita*, 1, 16).³

Este fragmento de sabedoria nos leva a investigar não apenas a vida, mas também a ascensão e o desfecho do grande Rômulo (Ehrman, 2014a). A concepção de Rômulo não era comum; sua mãe, uma virgem vestal, estava destinada a permanecer pura, mas o destino, ou talvez a intervenção divina, tinha outros planos. Acredita-se que o deus Marte tenha sido o responsável pela gravidez, o que levanta questões que ecoaram no tempo: seria essa uma simples explicação para a origem de um ser extraordinário? Ou um sinal de que o divino se entrelaça com o humano?

À medida que Roma se firmava e Rômulo governava com firmeza, um evento dramático e quase poético aguardava o desenlace de sua história. Em um dia fatídico, enquanto se reunia com os senadores para revisar as tropas no Campo de Marte, uma tempestade feroz irrompeu, trazendo consigo estrondos e relâmpagos. Em meio à névoa que se formou, Rômulo desapareceu como um sonho ao amanhecer. O que seguiu foi uma onda de rumores: alguns acreditavam que os senadores, temendo o poder de um tirano, haviam tramado sua morte, enquanto outros, mais inclinados à crença popular, sustentavam que Rômulo havia sido arrebatado aos céus por um vendaval, tornando-se um deus. Sobre isso Ehrman diz (2014a, p. 18):

Os romanos acolheram a divindade do homem Rômulo com ardor e entusiasmo. Um trio de deuses – Júpiter, Marte e Quirino – vivia no coração da antiga Roma, na antiga colina Capitolina. Originalmente, Quirino pode ter sido um deus adorado

³ Tito Lívio, frequentemente chamado apenas de Lívio, foi um renomado historiador da Roma Antiga que se destacou ao escrever a monumental obra *História de Roma*. Nesse relato fascinante, ele narra a saga da fundação da cidade eterna e seu crescimento até o período em que viveu. A narrativa sobre Rômulo, o mítico fundador de Roma e seu primeiro soberano, emerge como um tema central, sendo explorada com riqueza de detalhes no primeiro livro dessa obra grandiosa.

pelos sabinos, um dos povos incorporados ao estado romano nos primórdios de sua história. No entanto, na época em que Lívio escreveu, Quirino era considerado Rômulo divinizado, adorado bem ali, com o grande pai dos deuses.

A narrativa se enriquece ainda mais com a aparição de Próculo Júlio, que declarou ter encontrado Rômulo após sua morte. Em um relato vívido, ele conta que o fundador de Roma desceu dos céus e, com uma voz que ecoava autoridade, exortou o povo a valorizar a arte da guerra. Os romanos, então, não apenas reconheceram Rômulo como um deus, mas celebraram sua ascensão com entusiasmo, solidificando sua presença no panteão romano, onde habitava ao lado dos deuses Júpiter, Marte e Quirino (Ehrman, 2014a, p. 19).

Avançando na linha do tempo, encontramos a figura de Júlio César, um homem que, assim como Rômulo, buscou a divindade. Após sua trágica morte nos Idos de Março, de 44 a.C., César foi elevado ao *status* de deus, um reconhecimento formal do Senado que ressoou na crença popular. A ligação entre César e o divino não era apenas um capricho político, mas uma estratégia de legitimação de seu poder.

Suetônio descreve como, após sua morte, um cometa brilhante por sete dias foi interpretado como a alma de César ascendendo aos céus, um espetáculo que reforçou sua nova condição divina. No entanto, a história não para por aí. O filho adotivo de César, Otaviano, que mais tarde se tornaria César Augusto, também almejou e alcançou um *status* quase divino. A narrativa de seu nascimento, envolvendo a intervenção do deus Apolo, apenas cimentou sua imagem como o escolhido. A antiga prática de adoração ao imperador começou a ganhar força, e assim, a história de homens que se tornaram deuses continuou a se desdobrar nas páginas da história.

Por fim, a ascensão de figuras como Rômulo e Júlio César nos leva a refletir sobre a relação entre o poder, a divindade e a crença popular. O que nos resta é um mosaico de histórias, onde o humano se entrelaça com o divino, moldando não apenas a identidade de Roma, mas também a compreensão do que significa ser considerado um deus entre os homens (Ehrman, 2014a).

Naquela noite mágica e cheia de mistério, enquanto as estrelas dançavam no céu da Trácia, o marido de Ácia, ausente em uma guerra distante, teve um sonho que mudaria os rumos da história. Ele viu seu filho, não como uma criança comum, mas como uma figura colossal, maior que a vida, empunhando um raio e um cetro, adornado com os emblemas de Júpiter Ótimo Máximo. E, para completar esse espetáculo celestial, doze cavalos brancos, imaculados como a luz da manhã, puxavam sua carruagem (Ehrman, 2014a).

Esse sonho, segundo relatos de Augusto deificado, era mais que uma visão: era um presságio claro de que aquela criança estava destinada a ser uma divindade entre os mortais. Para Ehrman (2014a, p. 20):

Ao contrário de alguns imperadores posteriores, em seu governo Augusto não manifestou entusiasmo por ser adorado como um deus. Suetônio diz que ele não permitia que lhe dedicassem templos nas províncias romanas a menos que fossem conjuntamente dedicados à deusa Roma – a padroeira da cidade. Às vezes, as cidades burlavam essa relutância imperial erguendo um templo dedicado ao “gênio” de Augusto. A palavra gênio nesse caso não se refere ao brilhantismo intelectual de Augusto, mas ao espírito guardião que cuidava de sua família e em especial dele como líder, fazendo-o ser quem era. Em certo sentido, ao adorar o gênio de Augusto, essas cidades reverenciavam-no de forma despersonalizada, mas altamente divinizada.

Ainda assim, mesmo em sua moderação, Otaviano foi saudado como “filho de Deus”, já em 40 a.C., muito antes de ocupar o trono imperial. Moedas cunhadas no ano de 38 a.C. traziam essa insígnia, enquanto um decreto da cidade grega de Cós exaltava-o como o deus Sebastos, afirmando que sua benevolência superava até os deuses do Olimpo. Para os que o seguiam, ele era mais que um mortal; era uma encarnação do divino.

Após sua morte, Augusto foi elevado à divindade, consagrado como “o divino” ou “aquele que foi feito divino”. Quando seu corpo foi consumido pelas chamas, um oficial romano de prestígio afirmou ter visto a imagem de Augusto ascendendo aos céus. Sua memória perdurou, reverenciada por gerações futuras, incluindo os imperadores que o sucederam.

É importante destacar que, para um historiador da Antiguidade, o termo culto não carrega as mesmas conotações que possui hoje. Não se refere a seitas excêntricas, mas a um “cuidado com os deuses”, uma prática que se assemelha ao que chamamos de religião. O culto ao imperador, que teve início com Augusto, continuou a florescer sob seus sucessores, muitos dos quais não compartilhavam de sua moderação em ser visto como uma manifestação do divino.

Em um discurso do renomado orador romano Quintiliano somos presenteados com a ideia de que alguns deuses eram louvados por sua imortalidade, ao passo que outros a conquistaram por suas bravuras. Ele menciona que a piedade do imperador Domiciano elevou a glória de seus tempos. Assim, a deificação dos imperadores tornou-se uma prática comum, geralmente reconhecida postumamente pelo Senado romano. Esse ato não criava um deus, mas reconhecia a divindade que já havia existido entre eles, uma figura poderosa e benevolente (Ehrman, 2014a).

No entanto, essa adoração não era universalmente aceita. Muitos estudiosos antigos eram céticos, argumentando que a maioria das pessoas não acreditava genuinamente que o imperador era um deus, mas sim que as honras divinas eram uma forma de lisonja. Essa visão se baseava nas obras da elite literária, que não refletiam a percepção da vasta maioria da população, que não tinha acesso à escrita e à erudição.

Com o tempo, a imagem do imperador tornou-se um símbolo de propaganda, uma forma de reforçar o poder romano nas províncias. As cidades erguiam templos não apenas aos grandes deuses de Roma, mas também ao “deus” imperador. Sacríficos eram realizados em sua honra, e mesmo que sua divindade fosse considerada inferior, a veneração se concentrava nas figuras que haviam sido deificadas após a morte.

Atualmente, a visão dos estudiosos mudou. A adoração ao imperador não é mais vista como uma mera manipulação da elite, mas como uma série de iniciativas locais que reverenciavam a grandeza do Império. Em Roma, e além, muitos realmente acreditavam que o imperador era uma divindade e o tratavam como tal. Sacríficos eram oferecidos não apenas aos deuses, mas também ao imperador, à sua essência divina – o “gênio” que representava seu poder e *status*. Assim, a história de Augusto e a construção do culto imperial revelam uma complexa engenharia de crenças e práticas que moldaram o mundo romano, no qual o mortal e o divino se entrelaçaram de maneiras surpreendentes.

Um governante que não apenas exerce o poder, mas que também é reverenciado como uma figura quase divina. Essa era a realidade no mundo romano, no qual a palavra “benemerência” ecoava em inscrições dedicadas a líderes – especialmente os imperadores. Um exemplo dessa reverência pode ser encontrado na história do governante sírio Antíoco III, que viveu entre os séculos III e II a.C. (Ehrman, 2014a). Antíoco, um libertador, livrou a cidade de Teas das garras de um opressor estrangeiro. Em agradecimento, a cidade fez algo extraordinário: ergueu estátuas de Antíoco e de sua amada esposa, Laódice.

Em uma cerimônia pública que parecia saída de um épico, sacrifícios foram oferecidos em honra ao casal, que se tornou parte do panteão local, ao lado de Dioniso, o deus principal da cidade. A inscrição que acompanhava essas magníficas estátuas proclamava: tendo tornado a cidade e seu território sagrados e tendo nos libertado de obrigações devem receber de todas as honras possíveis tornando-se salvadores conjuntos de nossa cidade e nos concedendo benefícios conjuntos (Ehrman, 2014a, p.22).

Esses benfeitores políticos eram vistos como verdadeiros heróis religiosos. Eram imortalizados em estátuas, tinham seu espaço sagrado nos templos, e sacrifícios eram realizados em sua honra. A palavra “salvador” não era apenas uma etiqueta; era um reconhecimento profundo de suas ações. Ele se aplicava aos imperadores, como Augusto, cuja grandeza foi celebrada anualmente na província da Ásia.

Os cidadãos expressavam sua gratidão por seu “benefício à humanidade” e por ser “um salvador que pôs fim à guerra e estabeleceu todas as coisas.” Augusto não era apenas um governante; ele era o grande benfeitor, um deus cujos feitos trouxeram “boas novas” ao mundo.

Essa narrativa pode soar familiar aos ouvidos de muitos cristãos. O imperador, uma figura divina, cujo nascimento era celebrado por ter trazido ao mundo uma era de esperança; um salvador, em todos os sentidos da palavra, que superava todos os que vieram antes dele.

Jesus, portanto, não foi o único “Deus-salvador” a ser reconhecido nas antigas civilizações. Até agora, ao explorar a divindade entre os humanos, concentrei-me nos governantes poderosos. Contudo, a história nos revela que outros indivíduos notáveis também possuíam essa qualidade quase sobrenatural. Entre nós, existem aqueles que são razoavelmente poderosos, sábios ou virtuosos. Outros ainda se destacam por serem notavelmente excepcionais.

E, por fim, há aqueles cuja grandeza parece desafiar a própria lógica – verdadeiros titãs de poder, sabedoria e virtude (Ehrman, 2014b). Se a magnitude do poder ou da sabedoria de uma pessoa parece quase inacreditável, talvez seja porque essa pessoa não se encaixa na moldura do humano comum. Nos mundos grego e romano antigos, a crença era de que tais indivíduos poderiam ser deuses disfarçados de humanos. Uma das maneiras mais fascinantes de mergulhar nas crenças de uma sociedade é examinar as sátiras e as histórias que emergem dela, revelando a complexidade das relações entre o divino e o humano.

Crenças e sátiras

A sátira, essa forma de arte provocativa, ergue-se como um espelho distorcido que reflete as suposições, perspectivas e crenças da sociedade. Seu poder emerge quando se volta contra aquilo que é amplamente aceito, revelando as camadas ocultas das convicções culturais. E, quando se fala de sátira, não podemos deixar de mencionar as obras brilhantes que brotaram do solo fértil da Roma antiga.

Um dos satiristas mais astutos da Antiguidade foi Luciano de Samósata, um gênio da língua grega que, no século II, se destacou como um crítico implacável das pretensões humanas, especialmente em relação a filosofias e religiões. Entre suas obras, brilha a narrativa intitulada *A passagem de Peregrino*.⁴

⁴ A criação literária de Luciano de Samósata que aborda *A passagem de Peregrino* (em grego: Περὶ τῆς Περεγρίνου

Peregrino, um autoproclamado filósofo cínico, encarna o espírito provocador da filosofia antiga. Ser cínico, naquela época, não se resumia a ser desdenhoso; era uma postura filosófica que desafiava as convenções da vida cotidiana. Os cínicos eram firmes em sua crença de que as “boas coisas” da vida – bens materiais, *status* social, até mesmo prazeres simples – não deveriam ser o centro da existência. Para eles, nada externo deveria ter importância; tudo que escapasse ao seu controle era irrelevante. Se a casa pegasse fogo, era apenas uma inevitabilidade. Se um emprego se desvanecesse, que se fizesse as pazes com a incerteza. E se a família se fragmentasse, a dor não deveria ser um peso a ser carregado. O que realmente importa, segundo os cínicos, são as reações e atitudes diante dos caprichos da vida (Ehrman, 2014a, p. 24). Ehrman (2014a, p. 23) comenta que:

Na filosofia antiga, ser cínico não significava apenas ser cínico, era um estilo filosófico. Os filósofos cínicos eram inflexíveis em que não se deve viver para as “boas coisas” da vida; não se deve dar importância para o que se possui, veste ou come. Na verdade, não se deve dar importância para nada externo, nada que no fim das contas esteja fora de sua capacidade de controle. Se a sua casa pega fogo, isso está fora de seu controle, por isso você não deve ficar pessoalmente comprometido com sua casa. Se você é demitido do emprego, isso está fora de seu controle, por isso você não deve ficar pessoalmente comprometido com seu emprego. Se seu cônjuge se divorcia ou seu filho morre de repente, são coisas fora de seu controle, por isso você não deve se comprometer pessoalmente com sua família. O que você pode controlar são as suas atitudes a respeito das coisas em sua vida. De modo que é com seu eu interior, suas atitudes, que você deve se preocupar.

Alguns admiradores viam neles a encarnação da sabedoria, enquanto outros, desejosos de serem reconhecidos como filósofos, se lançavam na mesma vertente. Para Luciano, essa postura cínica era uma farsa, uma estratégia para atrair a atenção do público, desprovida de qualquer essência filosófica genuína. Assim, ele se dedicava a ridicularizar os cínicos e suas práticas, e o alvo mais notório de seu desprezo foi o cínico Peregrino.

Em *A Passagem de Peregrino*, Luciano nos apresenta a história dessa personagem que muitos de sua época consideravam uma divindade disfarçada. Peregrino aspirava à fama e à adulação, e Luciano, com seu olhar crítico, expõe a hipocrisia por trás de suas alegações de renúncia. Assim, o autor narra a vida de Peregrino com um toque de humor ácido, mas é a narrativa de sua morte que realmente nos cativa.

Peregrino, que se proclamava a encarnação do deus Proteu, decidiu que sua virtude divina seria testada por meio de uma morte dramática e dolorosa. Em um ato de pura hipocrisia, anunciou sua intenção de se autoimolar, em busca de provar que a

Τελευτής, ou seja, *Sobre a morte de Peregrino*) é uma sátira que ilustra o filósofo cínico Peregrino Proteu. Esta obra se destaca por sua crítica à cultura do período, incluindo uma análise preliminar do cristianismo por um autor que não professava a fé, apresentando-o como generoso para com os peregrinos. O texto narra a morte de Peregrino, que se consumiu em chamas durante os Jogos Olímpicos.

vida deveria ser vivida sem apego aos prazeres mundanos. E assim, sob a expectativa de uma multidão ansiosa, ele preparou uma grande pira e, à meia-noite, diante dos Jogos Olímpicos, se lançou nas chamas (Ehrman, 2014a).

Luciano, que se apresentou como testemunha desse espetáculo grotesco, não pôde deixar de achar a cena risível. Ao se afastar do local, encontrou pessoas que chegavam tarde demais para ver o grande homem em sua demonstração de bravura, e, em tom sarcástico, informou a elas sobre o que haviam perdido. Para apimentar ainda mais a história, ele inventou que, quando a pira foi acesa, a terra tremeu, e um abutre alçou voo, proclamando sua ascensão ao Olimpo. E assim, Peregrino, na forma de um abutre – não uma águia majestosa, mas um carnicheiro – supostamente voou para os céus, onde se tornaria um humano divino.

Para Luciano, essa farsa apenas evidenciava a fraqueza humana. Logo após, ele se deparou com um homem que também comentava sobre o evento, afirmando ter encontrado Peregrino em sua nova forma celestial, vestindo uma túnica branca e uma coroa de oliveira, como se realmente fosse um deus. As histórias proliferaram, narradas de boca em boca, aceitas como verdades inquestionáveis. Luciano, com seu olhar afiado, zombou desse fenômeno, sublinhando que, no fim das contas, Peregrino era apenas um homem comum, que nunca buscou a verdade, mas apenas a glória e os aplausos da multidão. E assim se encerra a saga desse pobre coitado, que se lançou nas chamas, acreditando que, ao fazê-lo, conquistaria a imortalidade nas memórias dos homens.

A intersecção do humano e do divino na mitologia grega e romana

A partir das reflexões acima, as divindades eram vistas com traços humanos, enquanto os mortais eram elevados à condição de deuses nas culturas antigas. Essa ideia, rica em complexidade, se distancia da visão predominante que muitos têm hoje, especialmente aqueles que se encontram nas tradições religiosas ocidentais, como o judaísmo, o cristianismo e o islamismo. Atualmente, a concepção comum é que o reino divino e o humano estão separados por um abismo intransponível.

Deus é frequentemente entendido como uma entidade distinta, enquanto a humanidade é vista como algo completamente diferente – raramente se encontrando, exceto em momentos singulares, como na figura de Jesus, que aparece como uma intersecção notável entre os dois reinos (Ehrman, 2012). Agora, vamos explorar como essa união foi concebida.

A essência dessa ideia reside em uma percepção singular do mundo, na qual a divindade não está irremediavelmente distante da humanidade, mas sim em uma relação

de relativa separação. Nas antigas cosmovisões, humanidade e divindade coexistiam em um contínuo vertical, em que os dois planos podiam, em certos momentos, se cruzar – na extremidade superior de um e na extremidade inferior do outro. Em contraste, muitas sociedades contemporâneas, especialmente no Ocidente, sustentam a crença de que Deus se encontra acima de nós em todos os aspectos, em um grau infinito de superioridade.

Para essas culturas, não há continuidade em Deus. Existe apenas um único Deus, que transcende tudo o que conseguimos imaginar, não se tratando apenas de uma superioridade relativa. É verdade que alguns humanos podem se aproximar mais da divindade do que outros – como os santos da Igreja Católica que, em certas tradições, parecem compartilhar uma interseção com o divino. Contudo, mesmo nesses casos, Deus permanece completamente Outro, situado em uma dimensão inteiramente distinta.

De acordo com Ehrman, essa visão não era a norma nas civilizações antigas. Excluindo os judeus, quase todas as culturas eram politeístas. Nesse universo de múltiplas divindades, havia uma hierarquia de deuses que refletia a maneira como os povos antigos reverenciavam os seres divinos. Um exemplo notável pode ser encontrado em uma inscrição da cidade de Mitilene, que desejou honrar o imperador como uma divindade. O decreto menciona aqueles humanos que atingiram glória celestial e possuíam a eminência e o poder dos deuses (Ehrman, 2014a, p. 26). Afinal, a crença de que seres divinos podiam assumir formas humanas e humanos podiam ascender à divindade permeava a mentalidade de seu povo. E, assim, a jornada de entendimento continua.

Considerações finais

Neste artigo, analisamos a metamorfose de Jesus, um humilde pregador judeu que, ao ser crucificado, transcendeu os limites da história para se tornar uma figura divina reverenciada nas antigas Grécia e Roma. Exploramos como esse simples homem, cujas palavras ecoaram nas sinagogas da Judeia, conquistou o coração e a mente de civilizações inteiras, transformando-se em um ícone que transcendeu culturas e fronteiras. E, por fim, no complexo universo do mundo antigo, as crenças sobre divindades e seres humanos eram frequentemente confirmadas em rituais e narrativas que, à primeira vista, pareciam contraditórias. Em alguns ciclos, essas crenças se entrecrocavam, criando um emaranhado de ideias que desafiavam a lógica e a razão. Assim, olhamos um terreno fértil de disputas e harmonias, onde o sagrado e o mundano revelam as nuances da espiritualidade e da identidade humana.

Referências

Documentação textual

- BÍBLIA. Português. *A Bíblia de Jerusalém*. São Paulo: Paulus, 2002.
- FILÓSTRATO. *Vida de Apolonio de Tiana*. Traducción, introducción y notas de Alberto Bernabé Pajares. Madrid: Gredos, 1992.
- LUCIANO. *Obras*. Traducción y notas por José Luis Navarro Gonzáles. Madrid: Gredos, 1988. v. II.
- TITO LÍVIO. *História de Roma: as origens de Roma e a realeza*. Minas: Heraclito, 2023. v. I.

Obras de apoio

- BOWMAN, A.; CAMERON, A.; GARNSEY, P. (ed.). *The Cambridge Ancient History*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. v. XII.
- CARDOSO, C. F. *Sete olhares sobre a Antiguidade*. Brasília: Editora da UnB, 1994.
- CHEVITARESE, A. L. CORNELLI, G. (org.). *Judaísmo, cristianismo e helenismo: ensaios acerca das interações culturais no Mediterrâneo Antigo*. São Paulo: Annablume, 2007.
- COELHO, A. M. *O dualismo antropológico no discurso neopentecostal*. São Paulo: D3 Educacional, 2022.
- CORNELLI, G. *Sábios, filósofos, profetas ou magos? Equivocidade na recepção das figuras de θεῖοι ἄνδρες na literatura helenística: a magia incômoda de Apolônio de Tiana e Jesus de Nazaré*. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo, 2001.
- EHRMAN, B. D. *Como Jesus se tornou Deus*. São Paulo: LeYa, 2014a.
- EHRMAN, B. D. *Jesus existiu ou não?* New York: HarperCollins, 2014b.
- EHRMAN, B. D. *The New Testament: a historical introduction to the Early Christian writings*. Oxford: Oxford University Press, 2012.
- HORSLEY, R. A.; HANSON, J. S. *Bandidos, profetas e messias: movimentos populares no tempo de Jesus*. São Paulo: Paulus, 1995.
- JONES, C. Testimonia. In: PHILOSTRATUS. *Apollonius of Tyana*. Cambridge: Harvard University Press, 2006, p. 81-143.
- MACHADO, C. A. R. *Imperadores em construção: modelos imperiais na História Augusta*. *Phoînix*, p. 93-114, 2001.

- RUBENSTEIN, R. E. *Quando Jesus se tornou Deus: a luta épica sobre a divindade de Cristo nos últimos dias de Roma*. Rio de Janeiro: Fies, 2001.
- SCARDELA, D. *Movimentos messiânicos no tempo de Jesus: Jesus e outros profetas*. São Paulo: Paulus, 1998.
- YSSELT, D. V. S. V. Stradanus drawings for the "Life of Apollonius of Tyana". *Master Drawings*, v. 32, n. 4, p. 351-359, 1994.